

SUMÁRIO

Capítulo I

TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	33
1. O direito comercial: Breves apontamentos introdutórios	33
2. Evolução histórica do direito comercial	39
3. O novíssimo direito comercial brasileiro.....	43
3.1. Dignidade humana.....	45
3.1.1. Violação da dignidade humana e a responsabilidade civil do empresário.....	48
3.2. Livre iniciativa	50
3.2.1. Elevação de preço sem justificativa e a livre iniciativa.....	52
3.2.1.1. Ônus probatório do empresário para comprovar a justa causa na elevação do preço em ação anulatória de multa	55
3.3. Valoração do trabalho humano	57
3.3.1. Termo de ajustamento de conduta como forma de valoração do trabalho	60
3.4. Soberania nacional	61
3.5. Propriedade privada.....	62
3.5.1. Expropriação de imóvel com trabalho escravo: limites à propriedade privada	66
3.6. Função social da propriedade	67
3.6.1. Generalidades	67
3.6.2. A propriedade e sua função social	69
3.7. Livre concorrência.....	71
3.7.1. Cartéis.....	73
3.7.1.1. Aspectos práticos sobre os cartéis	74
3.7.2. Lei nº 12.529/2011 e as infrações na ordem econômica	79
3.7.3. Cláusula de raio em <i>shopping center</i>	83
3.7.3.1. Cláusula de raio na visão do CADE.....	85
3.7.3.2. Jurisprudências sobre a cláusula de raio	86

3.8.	Defesa do consumidor.....	87
3.9.	Defesa do meio ambiente.....	89
3.9.1.	Princípio do poluidor-pagador e consequências práticas.....	91
3.9.2.	Prescrição em matéria ambiental.....	93
3.9.3.	Sanções por atividades lesivas ao meio ambiente.....	94
3.9.4.	Inversão do ônus da prova em matéria ambiental.....	95
4.	Fontes do direito comercial.....	97
4.1.	Analogia.....	98
4.2.	Costumes.....	99
4.3.	Princípios do Direito Comercial.....	101
4.3.1.	Função social da empresa.....	102
4.3.2.	Preservação de empresas.....	103
4.4.	Jurisprudência.....	104

Capítulo II

EMPRESA E EMPRESÁRIO	107
1. Empresa.....	107
2. O empresário.....	109
2.1. Profissionais que não podem ser empresários.....	111
2.2. Impedidos de serem empresários.....	115
2.3. A incapacidade civil e o empresário individual.....	117
2.3.1. Proteção ao patrimônio do empresário com incapacidade.....	121
2.4. A incapacidade civil do sócio.....	123
2.4.1. Nomeação de administrador provisório: análise de aspectos processuais.....	124
2.4.1.1. Nomeação provisória de administrador: uma nova prioridade no PJE?.....	126
2.5. Classificações das sociedades empresariais.....	127
2.6. Modalidades de empresários.....	131
3. Empresário individual.....	132
3.1. Empresário individual casado.....	133
3.2. A morte do empresário individual acarreta a sua extinção?.....	134
3.3. Responsabilidade civil do empresário individual.....	134
3.4. Requerimento de empresário individual.....	135
4. Sociedade limitada.....	136
4.1. Da responsabilidade civil dos sócios na sociedade limitada.....	140
4.1.1. Jurisprudências de responsabilidade civil do sócio.....	142
4.2. Capital social da sociedade limitada.....	144

4.2.1.	Aspectos práticos do capital da sociedade limitada à luz do DREI	150
4.2.2.	Aspectos relevantes da formação do capital da sociedade limitada	152
4.3.	Da administração da sociedade limitada	155
4.3.1.	Atribuições da administração	156
4.3.2.	Membros da administração.....	156
4.3.2.1.	Impedidos de serem da administração	158
4.3.3.	Término do cargo na administração	159
4.3.4.	Responsabilidade civil do administrador da sociedade limitada.....	160
4.3.4.1.	Responsabilidade civil do administrador à luz da jurisprudência	163
4.4.	Conselho Fiscal.....	164
4.4.1.	Notas introdutórias do Conselho Fiscal.....	164
4.4.2.	Funções do Conselho Fiscal.....	165
4.4.3.	Conselho Fiscal no Direito Civil	166
4.4.4.	Atribuições do Conselho Fiscal	168
4.5.	Assembleia.....	169
4.5.1.	Notas iniciais sobre as deliberações sociais.....	171
4.5.2.	Deliberações sociais.....	173
4.5.3.	Da competência para convocação da assembleia ou reunião ...	176
4.5.4.	Ata, o documento representativo das deliberações	177
4.5.5.	Da instalação da assembleia ou reunião na sociedade limitada.....	178
4.5.6.	Aspectos práticos da assembleia.....	179
4.5.7.	Da dispensa da reunião ou assembleia mediante deliberação escrita dos sócios	180
4.6.	Dissolução da sociedade limitada	181
4.6.1.	Dissolução total da sociedade limitada	181
4.6.1.1.	Hipóteses de dissolução total no Código Civil.....	182
4.6.2.	Dissolução parcial da sociedade limitada.....	183
4.6.2.1.	Hipóteses de dissolução parcial da sociedade limitada	184
4.6.2.1.1.	Possibilidade de dissolução parcial cumulada com apuração de haveres	185
4.6.2.1.2.	Legitimidade ativa para o ajuizamento da ação de dissolução parcial	186
4.6.3.	Dissolução judicial da sociedade limitada	187
4.6.3.1.	Devido processo legal na dissolução judicial da sociedade limitada.....	188

4.6.3.2.	Legitimidade para pleitear a dissolução judicial da sociedade limitada	190
4.6.4.	Dissolução da sociedade sem pagamento de credores e o risco da desconsideração da personalidade jurídica	191
4.7.	Direito de recesso do sócio na sociedade limitada	192
4.8.	Contrato social da sociedade limitada	193
4.9.	Regime jurídico das quotas	195
4.9.1.	Efeitos práticos de ter quotas sociais.....	196
4.9.2.	Cessão de quotas.....	197
4.9.2.1.	Direito de preferência dos sócios na cessão de quotas...	198
4.9.3.	Usufruto em quotas.....	199
4.9.4.	Possibilidade de aquisição das próprias quotas pela sociedade limitada.....	201
4.10.	Regime de regulamentação da sociedade limitada.....	203
5.	Sociedade limitada unipessoal (SLU).....	204
5.1.	Sociedade limitada unipessoal, EIRELI e empresário individual	205
5.2.	Responsabilidade civil na sociedade limitada unipessoal	205
5.3.	Capital da sociedade limitada unipessoal	206
5.4.	Administração da sociedade limitada unipessoal	207
5.4.1.	Impedidos de serem da administração.....	208
5.5.	Faz sentido ter reunião?	209
5.6.	Ato constitutivo da sociedade limitada unipessoal.....	210
5.7.	Penhora de quotas do sócio da SLU: o julgado do REsp 1982730/SP	211
6.	Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): análise antes de sua extinção por norma jurídica	212
6.1.	Lei 14.195/2021 e a extinção da EIRELI	216
6.2.	Extinção da EIRELI e a dispensa de alteração da natureza na Junta Comercial.....	217
7.	Sociedade em nome coletivo	218
7.1.	Administração da sociedade em nome coletivo.....	220
7.2.	Ato constitutivo da sociedade em nome coletivo	220
8.	Sociedade em comandita simples.....	221
8.1.	Direitos do comanditado e comanditário.....	223
9.	Sociedade anônima.....	224
9.1.	Uma breve nota histórica da sociedade anônima	224
9.2.	Atributos gerais da sociedade anônima.....	226
9.3.	Mercado de valores	227
9.3.1.	Classificação da S/A em aberta ou fechada.....	229
9.3.2.	A emissão de valores mobiliários e o registro na CVM.....	230

9.4.	Constituição da S/A	231
9.4.1.	Constituição por subscrição pública.....	232
9.4.2.	Constituição por subscrição particular.....	237
9.4.3.	Formalidades complementares na constituição da companhia por assembleia	239
9.4.4.	Formalidade complementar da companhia constituída por escritura pública.....	240
9.4.5.	Disposições gerais aplicáveis nas constituições das companhias	240
9.5.	Valores mobiliários.....	241
9.5.1.	Ações	242
9.5.1.1.	Número de ações e valor nominal.....	243
9.5.1.1.1.	Fixação no estatuto	243
9.5.1.1.2.	Alterações no número e valor nominal das ações.....	243
9.5.1.1.3.	Preço de emissão de ações com valor nominal.....	245
9.5.1.2.	Espécies de ações	245
9.5.1.3.	Valores das ações	254
9.5.1.4.	Forma da ação.....	256
9.5.1.5.	Vantagens políticas das ações preferenciais.....	257
9.5.1.6.	Regime jurídicos das ações no estatuto	257
9.5.1.7.	Indivisibilidade das ações	258
9.5.1.8.	Negociação das ações nas companhias.....	259
9.5.2.	Debêntures.....	261
9.5.2.1.	Diferenças entre ações e debêntures	262
9.5.2.2.	Emissões e séries de debêntures.....	262
9.5.2.3.	Valor nominal da debênture	263
9.5.2.4.	Espécies de debêntures.....	264
9.5.2.5.	Emissão de debêntures.....	265
9.5.2.6.	Agente fiduciário	267
9.5.2.7.	Assembleia de debenturistas.....	269
9.5.3.	Bônus de subscrição.....	269
9.5.3.1.	Competência para emitir bônus de subscrição.....	271
9.5.3.2.	Direito de preferência	271
9.5.3.3.	Forma nominativa dos bônus de subscrição	272
9.5.4.	Partes beneficiárias.....	272
9.5.4.1.	Emissão de partes beneficiárias.....	275
9.5.4.2.	Propriedade das partes beneficiárias	275
9.6.	Capital social.....	275
9.6.1.	Aumento do capital social	278
9.6.2.	Redução do capital social.....	279

9.6.3.	Obrigação de integralizar o capital social e mora do acionista...	279
9.6.3.1.	Título executivo para ingressar com a ação de execução.....	281
9.6.4.	Questões práticas do capital social à luz do DREI.....	281
9.7.	Órgãos sociais.....	282
9.7.1.	Assembleia geral	283
9.7.1.1.	Competência para convocação da assembleia	285
9.7.1.2.	Modo de convocação da assembleia	285
9.7.1.2.1.	Poderes da CVM na assembleia.....	288
9.7.1.3.	Local de realização da assembleia.....	289
9.7.1.4.	Quórum de instalação da assembleia	289
9.7.1.4.1.	Direito de voz do acionista.....	289
9.7.1.5.	Legitimação e representação na assembleia	290
9.7.1.6.	Livro de presença e mesa.....	290
9.7.1.7.	Quórum das deliberações.....	291
9.7.1.8.	Disponibilização prévia de documentos	293
9.7.1.9.	Procedimento da assembleia.....	293
9.7.1.9.1	Pauta genérica de convocação da assembleia	294
9.7.1.10.	Assembleia ordinária e extraordinária.....	295
9.7.2.	Conselho de administração	295
9.7.2.1.	Notas introdutórias.....	295
9.7.2.2.	Composição e disposições estatutárias do conselho de administração	297
9.7.2.3.	Atribuições do conselho de administração	298
9.7.3.	Diretoria.....	300
9.7.3.1.	Notas introdutórias.....	300
9.7.3.2.	Composição da diretoria	301
9.7.4.	Conselho fiscal	301
9.7.4.1.	Composição do conselho fiscal.....	302
9.7.4.1.1.	Impedimentos para ser membro do conselho fiscal ...	302
9.7.4.2.	Funcionamento do conselho fiscal.....	304
9.7.4.3.	Atribuições do conselho fiscal	304
9.8.	Administração da sociedade anônima	306
9.8.1.	Breves esclarecimentos.....	307
9.8.2.	Nomeação e impedimentos dos membros de órgãos da administração.....	307
9.8.2.1.	Tutela provisória de urgência para destituição de membro da administração	310
9.8.3.	Garantia de gestão	311
9.8.4.	Investidura dos conselheiros e diretores	311

9.8.4.1.	Dever de informação na nomeação de administrador da S/A aberta	312
9.8.5.	Substituição e término da gestão.....	313
9.8.6.	Renúncia dos membros do conselho de administração e diretoria	314
9.8.7.	Remuneração dos administradores	315
9.8.8.	Deveres dos administradores	315
9.8.8.1.	A importância de uma companhia e sua relação com deveres éticos	316
9.8.9.	Responsabilidade civil do administrador	323
9.9.	Acionista	325
9.9.1.	Acionista controlador.....	326
9.9.1.1.	Regime de responsabilidade civil do acionista controlador	326
9.9.2.	Direito de retirada do acionista.....	329
9.9.3.	Acordo de acionistas	339
9.9.3.1.	Inadimplemento do acordo de acionista	340
9.9.4.	Direitos essenciais dos acionistas.....	341
9.10.	Distribuição de lucros.....	345
9.10.1.	Dividendos obrigatórios.....	346
9.11.	Dissolução, liquidação e extinção da companhia.....	348
9.12.	Aspectos práticos envolvendo a CVM e a sociedade anônima	352
9.13.	Aspectos processuais envolvendo a sociedade anônima	359
10.	Sociedade em comandita por ações	367
11.	Sociedade anônima de futebol (SAF)	368
11.1.	Notas iniciais.....	368
11.2.	Objetos de exploração da SAF.....	369
11.3.	Constituição da SAF	371
11.3.1.	Constituição da SAF de capital aberto.....	372
11.3.2.	Constituição da SAF de capital fechado	376
11.4.	Reflexos práticos da constituição da SAF	378
11.4.1.	Reflexos da cisão do patrimônio do clube ou pessoa jurídica original para constituição da SAF.....	378
11.4.2.	Ação ordinária de classe A	381
11.4.2.1	Impossibilidade de transferência de ações de classe A...	383
11.5.	Governança na SAF	385
11.5.1.	Acionista controlador na SAF	385
11.5.2.	Responsabilidade civil do acionista controlador na SAF	386
11.5.3.	Acionista sem direitos ao voto e à voz na SAF.....	387

11.6.	Órgãos obrigatórios da SAF	388
11.6.1.	Conselho de administração	388
11.6.2.	Conselho fiscal	389
11.6.3.	Impossibilitados de serem integrantes do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria na SAF.....	390
11.7.	Publicações obrigatórias no ambiente digital.....	392
11.8.	Obrigações da SAF	393
11.9.	Parecer nº 41/2023 da Comissão de Valores Mobiliários	394
11.10.	(Im)possibilidade de recuperação judicial pelo clube	395
12.	Apontamentos sobre empresário individual e sociedade empresária.....	397

Capítulo III

ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO SOCIETÁRIO 399

1.	Ação de dissolução parcial da sociedade.....	399
1.1.	Razões da dissolução parcial da sociedade	400
1.2.	Objeto da ação de dissolução parcial da sociedade (art. 599)	401
1.3.	Fundamentos da ação de dissolução parcial	402
1.3.1.	Cláusula contratual permitindo hipóteses de dissolução parcial da sociedade.....	406
1.3.2.	Nomenclatura incorreta	407
1.4.	Legitimidade ativa	407
1.5.	Legitimidade passiva	410
1.6.	Foro competente.....	411
1.7.	Valor da causa.....	412
1.8.	Pedido de indenização compensável.....	413
1.9.	Procedimento	413
1.9.1.	Metodologia de fluxo de caixa descontado (FCD).....	419
1.9.2.	Efeito suspensivo no recurso	421
1.9.3.	Ônus da prova na comprovação da falta grave	422
1.9.4.	Juros moratórios nos haveres.....	423
1.9.5.	Correção monetária nos haveres	425
1.10.	Âmbito de aplicação.....	426
2.	Ação de invalidação de deliberação social	426
2.1.	Espécies de vícios para invalidar a deliberação social	428
2.1.1.	Deliberações nulas e anuláveis	428
2.2.	Hipóteses de invalidades de deliberações na sociedade limitada	430
2.3.	Hipóteses de invalidades de deliberações na sociedade anônima....	431
2.4.	O regime de invalidades de deliberações à luz da jurisprudência...	432

2.5.	Legitimidade ativa	433
2.5.1.	Jurisprudências de ilegitimidade ativa na invalidade de deliberação.....	435
2.5.2.	Usufruto nas ações/quotas e a legitimidade ativa.....	435
2.5.3.	Legitimidade do Ministério Público para invalidar a deliberação	436
2.6.	Legitimidade passiva	437
2.7.	Foro competente	437
2.8.	Procedimento	437
3.	Dissolução total da sociedade contratual	439
3.1.	Hipóteses de dissolução total no Código Civil.....	440
3.2.	Dissolução total e a (im)prescindibilidade da intervenção do judiciário.....	446
3.3.	Dissolução total da sociedade e a liquidação	447
3.3.1.	Nomeação do liquidante	453
3.3.2.	Destituição do liquidante	454
3.4.	Administração da sociedade durante a liquidação.....	456
3.5.	Representação da sociedade na liquidação.....	456
3.6.	A dissolução total à luz da jurisprudência	457
4.	Desconsideração da personalidade jurídica	460
4.1.	A importância da personalidade jurídica nas sociedades empresariais	460
4.2.	Contexto histórico de desenvolvimento da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	463
4.3.	O conceito de desconsideração da personalidade jurídica	467
4.4.	As consequências práticas da desconsideração da personalidade jurídica	468
4.5.	Teorias da desconsideração da personalidade jurídica	469
4.5.1.	Teoria maior: Aspectos práticos, processuais e jurisprudenciais.....	469
4.5.1.1.	Impactos da Lei nº 13.874/2019 na desconsideração da personalidade jurídica.....	476
4.5.1.2.	A desconsideração da personalidade jurídica nas infrações da ordem econômica	478
4.5.2.	Teoria menor	483
4.5.2.1.	Quando aplicar a teoria menor?.....	485
4.6.	A desconsideração da personalidade jurídica na construção jurisprudencial.....	488
4.6.1.	Esgotamento patrimonial para fins de desconsideração da personalidade jurídica	488

4.6.2.	A desconsideração da personalidade em face do sócio oculto	490
4.6.2.1.	A identificação do sócio oculto	490
4.6.3.	Alteração dos objetos sociais e o abuso da personalidade jurídica	494
4.6.4.	Impossibilidade de responsabilização de qualquer sócio na teoria menor	494
4.6.5.	A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade de terceiros estranhos ao QSA.....	496
4.6.6.	O encerramento irregular da empresa e a desconsideração da personalidade jurídica	497
4.7.	A desconsideração inversa da personalidade jurídica	499
4.8.	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil.....	501
4.8.1.	A legitimidade ativa para requerer o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 133 do CPC/15).....	502
4.8.2.	O momento processual adequado para o requerimento da desconsideração da personalidade jurídica (art. 134 do CPC/15)	504
4.8.2.1.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida apenas na fase recursal.....	508
4.8.3.	A metodologia adequada para a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	509
4.8.4.	Desnecessidade de suspensão dos autos processuais em razão do IDPJ	510
4.8.5.	Legitimidade passiva no incidente de desconsideração da personalidade jurídica	512
4.8.6.	A natureza jurídica da decisão do IDPJ	515
4.8.6.1.	Fungibilidade recursal.....	515
4.8.7.	Valor da causa	516

Capítulo IV

ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	517
1. Conceito de estabelecimento empresarial	517
1.1. Aviamento.....	519
1.2. Clientela	521
1.2.1. A proteção da clientela no Código Civil	522
1.2.2. Ação cabível para obstar a atividade econômica pelo alienante do estabelecimento empresarial	524
1.3. Natureza jurídica do estabelecimento empresarial	525
2. Negócios jurídicos envolvendo o estabelecimento empresarial.....	526

2.1.	Trespasse.....	528
2.1.1.	Classificação contratual do trespasse.....	529
2.1.2.	Efeitos aos terceiros pelo trespasse	530
2.1.3.	Eficácia do trespasse	531
2.1.4.	Responsabilidade civil do adquirente do estabelecimento ..	532
2.1.5.	Responsabilidade civil do alienante do estabelecimento	532
3.	Penhora do estabelecimento empresarial	533

Capítulo V

NOME EMPRESARIAL..... 537

1.	Do nome empresarial.....	537
1.1.	Da natureza do nome empresarial	538
1.2.	Espécies de nomes empresariais	540
1.2.1.	Conflitos de nomes empresariais e o princípio da anterioridade	541
1.2.2.	Possibilidade de mesmo nome empresarial em estados diferentes.....	543
1.2.3.	Uso do CNPJ como nome empresarial	544
1.3.	Do registro do nome empresarial	545
1.4.	Princípios norteadores do registro do nome empresarial.....	546
1.5.	Hipóteses de vedação ao registro do nome empresarial	548
1.6.	(Im)possibilidade de alienação do nome empresarial	548
1.7.	Nome empresarial da sociedade estrangeira	549
1.8.	Jurisprudências do STJ sobre o nome empresarial	550

Capítulo VI

OBRIGAÇÕES DE EMPRESÁRIOS 551

1.	Considerações iniciais	551
2.	Do registro	551
2.1.	Atos de registros dos empresários.....	560
2.1.1.	Matrícula.....	561
2.1.2.	Arquivamento	562
2.1.2.1.	Responsabilidade civil do sócio após a cessão de quotas na sociedade limitada	563
2.1.3.	Autenticação	565
2.2.	Das decisões e dos recursos na Junta Comercial	566
3.	Escrituração dos livros empresariais	568
3.1.	ITG 2000 (R1) e a escrituração contábil.....	570
3.2.	Livros empresariais: requisitos intrínsecos e extrínsecos	571

3.2.1. Livros empresariais obrigatórios e facultativos	572
3.2.2. Livros de uma sociedade anônima	575
3.2.3. Dever de conservação dos livros empresariais	575
3.3. Competência para fazer escrituração de livros empresariais	577
3.4. Livros e eficácia probatória.....	579
3.5. Sigilo dos livros	581
3.5.1. Ação executiva e (im)possibilidade de mostrar os livros empresariais.....	582
3.5.2. Jurisprudências sobre a quebra do sigilo dos livros empresariais	584
3.5.3. Súmula 439 do STF e a relativização do sigilo dos livros empresariais.....	585
4. Levantar balanço patrimonial e de resultado econômico a cada ano.....	586
MODELOS	589
REFERÊNCIAS	595
JURISPRUDÊNCIA	611
PÓS-FÁCIO	615